

ESPELHOS DA LEITURA NA ESCOLA PÚBLICA: POR QUE NOSSA PÁTRIA AINDA NÃO É NOSSA LÍNGUA?

Rosane de Bastos Pereira*
rosanedebastos@hotmail.com
Sandra Mara Fulco Pirola**
samarafp@yahoo.com.br

RESUMO

Neste artigo nos propomos a refletir sobre a política de distribuição de acervos literários às escolas públicas brasileiras. Os dados resultaram da pesquisa de doutorado “O leitor através do espelho – E o que ele ainda não encontrou por lá!”, desenvolvida em Campinas (SP), e na Inglaterra, entre 2008 e 2013. O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) é um dos braços fortes do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e o Ministério da Educação (MEC) envia os acervos às escolas públicas. Contudo, a ausência de mediadores efetivos nas escolas representa um entrave para a formação de leitores. O sistema educacional público brasileiro tem uma espécie de dívida não paga com os estudantes. A língua portuguesa talvez se empobreça nessa longa hibernação, em que a distância entre o aluno e livro, ao invés de se estreitar, aflora.

Palavras-chave: escolas públicas; leitores; programa nacional biblioteca da escola (PNBE).

1 INTRODUÇÃO

"A minha pátria é a língua portuguesa", escreveu o poeta português Fernando Pessoa no *Livro do Desassossego* (2010, p. 259). E Caetano Veloso, na canção "Língua", diz:

Gosto de sentir a minha língua roçar
A língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar
A criar confusões de prosódia
E uma profusão de paródias
Que encurtem dores
E furtem cores como camaleões
Gosto do Pessoa na pessoa
Da rosa no Rosa
E sei que a poesia está para a prosa
Assim como o amor está para a amizade
E quem há de negar que esta lhe é superior
E quem há de negar que esta lhe é superior
E deixa os portugueses morrerem à míngua
Minha pátria é minha língua
Fala Manguera Fala!

* Jornalista pela Universidade Federal de Goiás (UFG); jornalista científica pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Labjor/Unicamp); mestre e doutora em Educação pela Unicamp; pesquisadora-associada do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência e Ensino (GepCE) da Faculdade de Educação da Unicamp.

** Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e Orientadora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino de Campinas/SP. A autora colaborou com a produção do texto final da tese "O leitor através do Espelho - E o que ele ainda não encontrou por lá!".

O que não faltam na Língua Portuguesa são autores e artistas que criaram, e ainda criam, obras-primas, verdadeiros patrimônios culturais da humanidade. A lista seria imensa e não deixaria a desejar. Mas quantos brasileiros, efetivamente, desde os mais tenros anos, são educados para que possam trilhar o caminho do conhecimento e, a partir dele, explorar a riqueza cultural da literatura, da arte e da música? Os signos, com seus significantes e significados, as alegorias, as metáforas, o estar no mundo com algum tipo de senso crítico, não são explorados em profundidade por boa parte dos milhares de estudantes das escolas públicas brasileiras, que tantas vezes perdem a oportunidade de roçar suas línguas com a de Luís de Camões e talvez nunca tenham visto a rosa no Rosa, o Pessoa na pessoa. Será mesmo que nossa pátria é nossa língua?

As garantias de uma educação de qualidade para crianças e adolescentes, que promova o "pleno desenvolvimento de sua pessoa", como previsto no artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela lei 8.069, de 13 de julho de 1990, não têm se aplicado à realidade brasileira. Muito pelo contrário. Pesquisas sobre leitura no Brasil revelam que as políticas públicas de educação, por mais que tentem se efetivar, se arrefecem em virtude de razões nem sempre claras, mas conhecidas de longa data, relacionadas a uma espécie de engessamento do sistema educacional.

A questão central é o caminho que essas políticas públicas de educação seguem enquanto algo dissociado da realidade da escola pública, em que os estudantes perdem, ao longo de décadas, a oportunidade de aprenderem a ler com competência, e os professores gravitam às margens do processo, sem nenhum tipo de valorização de seu papel como sujeitos no processo educativo. O sistema educacional público brasileiro tem uma espécie de dívida ainda não paga com os estudantes em termos de política de estímulo à leitura.

Segundo o educador Paulo Freire, o homem não é um objeto inerte no processo de estar no mundo, na construção da *História* - que ele destaca em itálico -, mas é sujeito. Essas considerações do educador sobre o ato de estar no mundo realçam a necessidade de se sair do que ele chama de educação bancária – em que o aluno é, muitas vezes, um mero receptor de conteúdos, passados a ele pelo professor – e se tornar agente de sua própria transformação.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências (FREIRE, 2000, p. 79-80).

A figura do educador e o seu papel mediador tornam-se pontos centrais nesse processo

de formação de leitores, embora se mostrem uma problemática, ao mesmo tempo, visto que não está claro a quem caberia essa mediação no que tange aos programas de leitura nas escolas públicas brasileiras. De acordo com o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), a Política de Estado vigente desde 2006, os mediadores podem ser educadores, bibliotecários, por exemplo, que seriam preparados para a promoção da leitura entre os estudantes. O governo federal, por meio do PNLL, tem contratado, nos últimos anos, o que denominam de agentes de leitura – bibliotecários ou professores aposentados -, dando sequência ao eixo 2 do PNLL, intitulado "Fomento à leitura e à formação de mediadores", em processo de execução. Contudo, a figura do mediador como alguém inerente ao processo educacional caminha a passos lentos.

Apesar das tentativas de formar mediadores e agentes de leitura, a efetiva formação de leitores pode ser considerada um desafio para o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e para o seu braço forte, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), criado em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Secretaria de Educação Básica (SEB), para a distribuição de acervos literários, obras de referência e de pesquisa a estudantes e professores de escolas públicas do Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos, cadastradas pelo censo escolar realizado, anualmente, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O MEC se incumbiu de enviar os acervos às escolas públicas, desde 1998, mas a ausência de mediadores efetivos representa um entrave para a prática da leitura.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PROGRAMA "SALA DE LEITURA"

Durante o desenvolvimento da pesquisa de doutorado "O leitor através do espelho - E o que ele ainda não encontrou por lá!" (PEREIRA, 2013), financiada pelo CNPq e pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE-Capes), foi possível constatar, em escolas públicas estaduais de Campinas (SP), que a acomodação e a utilização dos acervos literários do PNBE, enviados pelo MEC, representam um problema ainda não solucionado. Contudo, segundo o MEC, os acervos do PNBE chegam, anualmente, às escolas de todo o País para uso da comunidade escolar.

Na etapa inicial do referido estudo foram visitadas oito escolas de Ensino Fundamental e Médio, com o objetivo de se fazer um mapeamento e identificar onde os livros do PNBE

eram utilizados pelos educadores para que, no decorrer da investigação, fosse possível desenvolver um trabalho sistemático de análise da contribuição desses acervos para a formação de alunos leitores. Constatou-se que, com exceção de duas dessas escolas, nas demais os livros do PNBE permaneciam guardados nas caixas ou, quando em estantes, não havia um profissional com formação específica para fazer a ponte entre o livro e o aluno. Apenas duas dessas escolas faziam uso de parte dos acervos enviados pelo PNBE, certamente por terem sido as primeiras a sediar, naquele município, o Programa “Sala de Leitura” da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, de 2009, para atender alunos do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Dessa forma, procedeu-se ao levantamento de todo o acervo que se encontrava nas prateleiras para a identificação de cada exemplar por título, autor, ano, gênero e programa governamental a que pertencem. Embora a maioria das obras encontradas nas duas salas de leitura tenha sido enviada pelo PNBE, acervos com o selo do próprio Programa “Sala de Leitura” também começaram a chegar, a partir de 2010.

O trabalho de campo realizado nas duas escolas foi descritivo, priorizando a compreensão do espaço e do tempo, o acesso, pelos alunos, ao acervo e às obras encontradas nas estantes, e o papel das professoras no estímulo à leitura. Assim, o objetivo das visitas às escolas foi acompanhar o andamento das atividades das Salas de Leitura, especialmente nos intervalos, em que havia a presença de alunos. As duas salas de leitura que inauguraram o Programa "Sala de Leitura" da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo tinham rotinas e organizações distintas, com implicações para o acesso e aproveitamento da leitura pelos estudantes.

Anterior à falta da leitura nas escolas, ou da leitura aquém do esperado, há questões-chave que permeiam a realidade das escolas públicas brasileiras, em que a desigualdade econômica estabelece um fosso entre as regiões mais ricas e as mais pobres. Mesmo nas regiões mais ricas há subdivisões que tornam algumas escolas públicas melhores ou piores que outras, a depender dos critérios de avaliação, não necessariamente definidos por cientistas, pois são vividos no dia-a-dia dos pais, filhos e escolas. A falta de professores ou de mediadores de leitura nas escolas reflete apenas uma parte do problema, que é mais estrutural, visto que faltam professores nas escolas de uma maneira geral e não apenas para as Salas de Leitura, mas para as disciplinas curriculares. De toda forma, as bibliotecas continuam a ser um projeto que ainda não se concretizou na rede pública, como pensado pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

A leitura, ou o uso que se faz do livro de literatura, sob uma análise primária, soa

como uma estratégia de controle do poder público dentro das escolas, que define o que os alunos devem ler e encaminha os acervos. Contudo, o que chama a atenção é que os acervos, sejam ou não lidos, integram a estrutura escolar e têm uma representação social, no sentido de estarem à disposição para os prováveis leitores. Porém, o que se passa depois da chegada dos livros às escolas parece ser uma incumbência das localidades, da direção das escolas, imbuídas de uma atribuição que, por essência, foge às suas condições. A leitura, como prática a ser instituída, ainda é uma pedra no calcanhar de Aquiles da educação pública brasileira (PEREIRA, 2013, p. 64).

Os dados desta pesquisa revelam que a existência de livros não resolve, por si só, o problema da leitura, porque há questões mais complexas que entram a Política de Estado de leitura no Brasil. Os resultados obtidos nas duas escolas colocam em evidência que os governos, em âmbito federal e estadual, embora com visões distintas sobre as práticas de leitura, têm algo em comum: o livro, objeto essencial para a leitura. Contudo, as políticas federal e estadual se sobrepõem e se estranham, o que dificulta que os programas de leitura alcancem seus objetivos de formar leitores.

2.2 LEITURA A CONTA-GOTAS

Uma das características dos programas de leitura brasileiros é que eles não costumam ter continuidade, possuem várias especificidades e, em alguns casos, vigoram em concomitância com outros programas de leitura em nível estadual. Anterior à criação do PNBE, por exemplo, houve outros programas de curto e longo prazos, a partir da década de 1980. No histórico de programas de leitura está o Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL), que vigorou de 1984 a 1987, criado pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com a participação das secretarias de Estado e Universidades, que tinham como incumbência capacitar professores a partir do envio de livros e periódicos, também usados pelos estudantes. Assim que ele deixou de existir, em 1987, houve um hiato de cinco anos sem nenhum programa.

Em 1992 foi criado o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), em vigor até os dias atuais. Nesse mesmo ano surgiu o Pró-Leitura na Formação do Professor, desenvolvido pelo governo brasileiro em parceria com o governo francês, mas que deixou de existir em 1996. O objetivo do Pró-Leitura era fomentar a leitura nas escolas, com a participação de alunos e professores do Ensino Fundamental, a partir de acervos para professores em fase de formação e pesquisadores. Já o Programa Nacional Biblioteca do

Professor, em atuação de 1994 a 1997, surgiu com o propósito de formar professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, com o envio de acervos de livros e produção e difusão de materiais de capacitação. Esse programa deixou de existir em 1997, quando se criou o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), iniciativa única no mundo pela sua dimensão e alcance em termos de investimentos e distribuição de acervos às escolas públicas.

A primeira edição do PNBE, constituída de literatura brasileira e estrangeira, chegou às escolas em 1998, com obras selecionadas por mestres e doutores que lecionam em Universidades Públicas Federais, profissionais com ampla experiência em docência, educação básica e formação de professores. O objetivo do MEC, com as primeiras edições do PNBE (1998, 1999 e 2000) era alimentar as bibliotecas das escolas públicas. Em 2000, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ampliou o atendimento e encaminhou material didático-pedagógico também para professores do Ensino Fundamental das escolas que participaram do Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado – Programa Parâmetros em Ação e entre os materiais enviados estavam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A avaliação das obras que serão selecionadas para compor as edições anuais do PNBE passou a ser feita, desde 2006, por professores do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Em 2001 e 2002 criou-se o programa “Literatura em Minha Casa”, cujas obras eram destinadas aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e a suas famílias para que ficassem em casa como estímulo para compor a biblioteca familiar. Em 2003, além da ação “Literatura em Minha Casa”, foram desenvolvidas outras quatro: “Biblioteca Escolar”, para alunos do 6º ao 9º anos; “Biblioteca do Professor”, em que os livros eram destinados para uso próprio do docente, em casa, sem que tivessem que retornar à escola; “Palavra da Gente”, para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e “Casa da Leitura”, com acervos entregues aos municípios para serem usados em bibliotecas públicas.

Não houve inovação em 2004, pois o MEC deu continuidade às ações do PNBE 2003. Mas, em 2005, o foco do PNBE foram os acervos das bibliotecas das escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. “Tal ação significou a retomada da valorização desse espaço, a biblioteca, como promotor da universalização do conhecimento e, também, da universalização do acesso a acervos pelo coletivo da escola” (MEC/SEB, 2008, p. 8). Já em 2006, os livros foram enviados aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Dessa forma, o foco do PNBE passou a ser o envio de livros para formação, exclusivamente, de bibliotecas escolares. A edição do PNBE de 2008 foi destinada às turmas que cursavam os anos iniciais

do Ensino Fundamental (1º ao 5º), Ensino Médio e unidades de Educação Infantil.

Uma das regras do PNBE é alternar os critérios de distribuição dos acervos, de acordo com os anos escolares. Nos anos pares – 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, por exemplo – são atendidos os alunos das creches e pré-escolas ou Educação Infantil, primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nos anos ímpares – 1999, 2001, 2003, 2005, 2009, 2011, por exemplo – são atendidos os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º) e Ensino Médio.

As versões do PNBE de 2009 a 2013 não sofreram mudanças significativas, a não ser a ampliação dos investimentos e a criação de novos “Pnbes” dentro do PNBE. O PNBE 2009 distribuiu livros às séries finais (6º ao 9º anos) do Ensino Fundamental e Ensino Médio. O PNBE 2010 enviou acervos a alunos da Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e trouxe as versões do “PNBE do Professor” - composto por obras de referência para dar suporte aos professores do Ensino Médio Fundamental e Ensino Médio no preparo e aplicação das aulas - e “PNBE Especial”, do qual constavam obras de orientação pedagógica aos professores do ensino regular e de atendimento educacional especializado, bem como livros de literatura infantil e juvenil para alunos com necessidades educacionais especiais, da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Houve, também em 2010, a versão “PNBE Periódicos”, com o envio de revistas pedagógicas para professores e gestores.

Em 2011 receberam livros as escolas do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e do Ensino Médio, bem como o “PNBE Periódicos”. A edição do PNBE 2012 foi direcionada aos anos iniciais (1º ao 5º) do Ensino Fundamental, Educação Infantil (creches e escolas), Educação de Jovens e Adultos (EJA) e PNBE Periódicos. O Ministério da Educação explica que “esta versão do programa teve como novidade a aquisição das obras também em formato MecDaisy, tecnologia que cria livros digitalizados e com áudio. A versão 2013 do PNBE encaminhou acervos para escolas do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), Ensino Médio e do PNBE Periódicos, PNBE Temático e PNBE do Professor.

2.3 MEDIAÇÃO DA LEITURA EM RITMO DE ESPERA

Até a criação do PNBE pode-se afirmar que não havia acervos literários nas escolas públicas brasileiras. Essa poderia ser uma boa justificativa para a ausência de propostas pedagógicas referentes à leitura e para os baixos índices de leitores no País. E os acervos faltavam mesmo. Nesse sentido, poderíamos concluir que a criação do PNBE promoveu, com

o apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Secretaria de Educação Básica (SEB), alterou o cenário da distribuição de livros no País, quando acervos literários e obras de referência passaram a ser enviados a professores e estudantes das escolas públicas brasileiras de escolas públicas do Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos, cadastradas pelo censo escolar realizado, anualmente, pelo INEP.

Em termos de política de distribuição de livros, o PNBE tem cumprido o seu papel e a cada ano investe em edições mais elaboradas, e versões diversificadas, aqui chamadas de “pnbes”. Os acervos trazem obras de literatura, de referência e pesquisa em gêneros variados, entre eles relatos de experiências, histórias em quadrinhos, contos, crônicas, novelas, poemas, obras clássicas nacionais e estrangeiras, teatro, romances, textos da tradição popular, memórias e biografias, elogiados pela qualidade do material impresso e pelo conteúdo. Embora seja considerado apenas um programa de distribuição de livros, o PNBE se tornou o braço forte do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), uma Política de Estado do governo federal que despontou em 2006, como resultado de uma parceria entre o MEC e o Ministério da Cultura.

É interessante observar que a política de distribuição de acervos às escolas públicas estava, até a criação do PNBE, fortemente centrada no envio de livros didáticos. Com o PNBE houve uma modificação na dinâmica, o que justifica a dificuldade de professores, diretores de escola e demais profissionais dos estabelecimentos escolares de responderem com clareza, quando indagados, o que é o PNBE, em virtude da quantidade de livros que alcançam as escolas, oriundos de programas federais e estaduais, a exemplo do Programa "Sala de Leitura", criado em 2009 pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, analisado nesta pesquisa de doutorado.

Reduzir a leitura ao envio de livros às escolas, e garantir que essa é uma política pública eficiente, permite aos governantes a manutenção de sua imagem diante da sociedade, dos eleitores, da opinião pública. Entretanto, a leitura e seu florescimento são dependentes de políticas de Estado que estejam, efetivamente, direcionadas à criação do hábito da leitura como algo inserido na estrutura do ensino como um todo e não apenas vinculado a propósitos imediatos, imediatistas ou a intenções que são substituídas conforme mudam os governantes, como se vê na prática política brasileira.

Uma pesquisa encomendada pelo MEC e coordenada pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Associação Latino-Americana de Pesquisa e Ação Cultural (Alpac), o Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), entre 2005 e 2006, traça um panorama geral do PNBE nas cinco regiões brasileiras.

O diagnóstico alcançou 65% dos 5.560 municípios do País e identificou que o PNBE se mantém, basicamente, como um programa de distribuição de livros.

Nascido com a finalidade de dotar os estabelecimentos públicos de ensino com acervos para as bibliotecas das escolas, em meio do percurso o Programa destinou os investimentos para coleções pessoais recebidas por poucos estudantes no universo de matrículas, de definição prévia do Ministério, e praticamente manteve-se como tal — um grande programa de distribuição de livros, sem apoio de projetos de formação continuada de professores que tivesse o objetivo de repensar a formação de leitores pelas escolas públicas brasileiras (MEC, 2008, p. 14).

No estudo acima mencionado, os pesquisadores entraram em contato com diretores de escolas, coordenadores pedagógicos, professores, responsáveis por bibliotecas, alunos e famílias brasileiras para identificar as práticas de leitura e o uso que se faz do livro. Os resultados em nível nacional estão de acordo com o que foi observado também em Campinas (SP), e revelam que, na maioria das escolas públicas, ao contrário das expectativas que poderiam supor a existência da leitura no ambiente escolar, as bibliotecas foram preenchidas por pilhas de livros, de maneira desorganizada, e muitos acervos enviados pelo PNBE, desde 1998, permanecem embalados, fechados em caixas ou foram descartados.

A maneira como a leitura é pensada no universo das políticas públicas de Estado se destoa do que ocorre no dia-a-dia da maioria das escolas públicas. As mudanças aplicadas à educação chegam à direção das escolas de todo o País como medidas governamentais, por meio de portarias a serem cumpridas, de comunicados, resoluções, decretos, que enfatizam a responsabilidade dos gestores das escolas em utilizar os acervos literários enviados, tanto o de literatura quanto o didático.

3 CONCLUSÃO

Todo esse mecanismo, aparentemente simples em sua essência, é complexo e não tão fácil de ser compreendido como parece à primeira vista. O PNBE se apresenta como um dos instrumentos empregados pelo Ministério da Educação (MEC) para fomentar a leitura nas escolas, por meio da distribuição de acervos a alunos e professores. O PNLL, por sua vez, vislumbra a formação de mediadores e de agentes de leitura. Embora se imaginasse que fossem atuar em conjunto, PNLL e PNBE se apresentam como duas figuras estranhas – e não

complementares – uma à outra, o que contraria a proposta original.

A não utilização dos acervos do PNBE, ou pelo menos não da maneira predefinida, e a falta de mediadores de leitura nas escolas, sejam eles professores ou bibliotecários, não são novidade e evidenciam as fragilidades do PNLL e do PNBE, caracterizadas pela discrepância entre o que se pensou e o que é observado nas escolas, como se vê em documento que define a estrutura do PNLL:

O objetivo central da Política de Estado aqui delineada é o de assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente. Há a convicção de que somente assim é possível que, na sociedade da informação e do conhecimento, o indivíduo exerça de maneira integral seus direitos, participe efetivamente dessa sociedade, melhore, em amplo sentido, seu nível educativo e cultural, fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça os valores e modos de pensar de outras pessoas e culturas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento e à herança cultural da humanidade.

Observa-se que, por mais que o PNBE tenha trazido algum tipo de inovação em termos de acesso a obras literárias pela comunidade escolar, esbarra-se em questões práticas, como falta de bibliotecas e de mediadores de leitura, preparados para a formação de leitores. A mera distribuição de livros não é capaz de mudar o cenário da leitura no ensino público brasileiro, visto que há questões mais prementes, de base, que perpassam pela não valorização do professor e investimento na sua formação, com o pagamento de salários dignos e condições de trabalho que façam jus ao seu importante papel de educadores.

As palavras de Carlos Drummond de Andrade, de Clarice Lispector, de Cora Coralina, de Machado de Assis, de Lewis Carroll, de Ruth Rocha, e de tantos outros autores que fazem parte da lista do PNBE, estão à espera de quem as desvele, de quem ouse compreendê-las, absorvê-las. Por enquanto, o encontro entre a palavra e o leitor é bastante tímido. A língua talvez se empobreça nessa longa hibernação. “O que quer/O que pode/Esta língua?”, pergunta Caetano Veloso. Será que algum dia, a exemplo de Fernando Pessoa, milhões de estudantes brasileiros, de escolas públicas, vão também dizer que gostam de “palavrar”? E quando sentirão, como o poeta, que as palavras “são corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas”? (2010, p. 259). A História nos tem mostrado que há uma distância abissal entre o estudante e o livro, o que nos leva a indagar se essa Política de Estado de leitura é intencional, uma espécie de espelho às avessas, feita para não funcionar.

MIRRORS READING IN PUBLIC SCHOOL: WHY OUR COUNTRY STILL IS NOT OUR LANGUAGE?

ABSTRACT

In this paper we aim to reflect on the distribution policy of literary collections to Brazilian state schools. The data resulted from the doctoral research “The reader through the mirror – And what he has not found out there yet!, carried out in Campinas, São Paulo, and in England, between 2008 and 2013. The National School Library Programme (PNBE) is one of the pillars of the National Book and Reading Policy (PNLL), and the Ministry of Education sends the literary collections to state schools. However, the lack of effective reading facilitators in schools represents an obstacle to the formation of readers. The Brazilian educational state system has a kind of unpaid debt with the students. The Portuguese language perhaps impoverish in its long hibernation, where the distance between the student and the book, rather than become narrow, arises.

Keywords: state schools; readers; national school library program.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Secretaria de Educação Básica e Coordenação-Geral de Materiais Didáticos. Elaboração: Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação – Cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora, 2008.

PEREIRA, Rosane de Bastos. **O leitor através do espelho – E o que ele ainda não encontrou por lá!** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas. 2013.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Recebido em 21 de julho de 2014. Aprovado em 08 de novembro de 2014.